



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016

II CONGRESSO ESTADUAL DE ASSISTENTES SOCIAIS DO RIO DE
JANEIRO



80
ANOS
SERVIÇO
SOCIAL
NO BRASIL

REFLETINDO SOBRE A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL E A INSERÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS

Proponentes: SILVIA DABDAB CALACHE – Assistente Social, Conselheira do
Conselho Regional de Serviço Social 7ª Região -
silviacressrj@yahoo.com.br – (21) 99787-3146

MARENILSE SATURNINO DA SILVA – Assistente Social do
Conselho Regional de Serviço Social 7ª Região – cofi3@cressrj.org.br –
(21) 99578-9997

Natureza do Trabalho: Reflexão Teórica

Eixo: Política Social e Serviço Social

Tema: Educação



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



REFLETINDO SOBRE A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL E A INSERÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS

RESUMO

Neste artigo, pretende-se refletir sobre a política de educação, à luz do materialismo histórico, considerando o trabalho como ação que funda o ser social. Relacionar a política de Educação brasileira com a inserção de assistentes sociais, considerando as determinações sócio-históricas, exemplificando a inserção de assistentes sociais na política de educação no município do Rio de Janeiro.

Palavras-Chaves: Política Social, Educação, Serviço Social

Abstrac

In this article, we intend to reflect on politics on the education in the light of historical materialism, considering the work as an action that founds the social being. Relate the Brazilian education politic with the inclusion of social workers, considering the socio-historical determinations, exemplifying the inclusion of social workers in education politic in the municipality of Rio de Janeiro.

Keywords: Social Politic, Education, Social Work



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80
ANOS
SERVIÇO
SOCIAL
NO BRASIL

EDUCAÇÃO E POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE DE CLASSES

O homem - por mais que seja um indivíduo particular, e justamente é, sua particularidade que faz dele um indivíduo e um ser social individual efetivo – é, na mesma medida a totalidade, a totalidade ideal, o modo de existência subjetiva da sociedade pensada e sentida para si, do mesmo modo que também na efetividade ele existe como intuição e gozo efetivo do modo de existência social, tanto quanto como uma totalidade de exteriorização da vida humana. (Marx, 1974, p.16).

No momento em que construo este texto não o faço “individualmente”. As palavras, os símbolos são produtos da criação humana preñhes de significados, construídos historicamente, assim como o são os inúmeros complexos sociais. O homem, desde os primórdios, na relação que estabeleceu com a Natureza, para sobreviver, criou instrumentos de trabalho para transformá-la.

Nas sociedades primitivas “a formação dos indivíduos era um processo do qual participava diretamente toda comunidade. Todos podiam e, para sua sobrevivência, até deviam, ter acesso ao patrimônio material e espiritual da comunidade” (Tonet, p.3,2006), processo pelo qual o indivíduo singular torna-se membro do gênero humano. Nesta relação de criação, nas relações estabelecidas com a Natureza, com os instrumentos de trabalho, entre os homens, aprendendo uns com os outros, constitui-se os modos de existência humana, do ser social. Ao transformar a natureza, o homem também se transforma em um processo contínuo, tornando cada vez mais complexas as relações de produção e reprodução da sociedade.

Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isto significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem... Portanto, a produção do homem, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo. (Saviani, 2007, p.154).



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80
ANOS
SERVIÇO
SOCIAL
NO BRASIL

O homem se desenvolve e se transforma no processo de trabalho e nas relações estabelecidas historicamente são criadas complexas relações sociais e econômicas e entre elas constitui-se o modo de produção capitalista. No qual é intrínseca a necessidade de acumulação de riqueza, de obtenção de lucro, para manter-se o sistema de produção, desenvolver-se e reproduzir-se. Esta acumulação se dá pela exploração do homem pelo homem.

Este modo de produção irá conformar as complexas relações sociais que vivenciamos na atualidade nas diversas dimensões da vida social, incluídos os processos de educação, trabalho e políticas públicas.

O homem das “modernas” sociedades capitalistas, que desde a mais tenra idade relaciona-se com o computador, que desenvolveu suas capacidades individuais, ao mesmo tempo, para sobreviver é “obrigado” a vender para outrem sua força de trabalho, não é o mesmo das sociedades primitivas, e nem é o mesmo escravizado, despossuído dos meios de sobrevivência, inclusive de sua própria força de trabalho que lhe é “roubada” também pelos senhores das sociedades feudais.

A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL

Na sociedade brasileira, a política de educação foi criada com a expansão do modo de produção capitalista. Almeida (p.86, 2007) afirma que o campo educacional é amplo e diversificado e que a educação escolarizada é uma das dimensões da vida social como o são: a família, as instituições religiosas e os movimentos associativos.

A escola, como a conhecemos, como a sociedade que a constitui, não são fatos naturais, mas resultantes de processos históricos. A gênese histórica da escola se dá, especialmente ao longo do século XVIII, dentro da emergência ciência moderna e da ascensão da burguesia como classe hegemônica e como necessidade da crescente divisão do trabalho e do conhecimento vinculado na base dos processos produtivos. (Frigotto, 1995, p.2).

A educação escolarizada ocupa papel central nas relações de produção e reprodução da sociedade capitalista em distintos contextos sociais e econômicos como reguladora das classes subalternizadas e seu “adestramento”. para acumulação capitalista, formando massivamente mão de obra “barata” para o mercado de trabalho. A força de trabalho transforma-se em mercadoria a ser vendida e comprada no mercado de trabalho (Frigotto, 1995, p. 2-3). Por outro lado, é formadora das elites para o papel de dirigentes. Além da reprodução de conhecimentos, a função



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80
ANOS
SERVIÇO
SOCIAL
NO BRASIL

ideológica da educação cumpre papel fundamental na construção do capitalismo “incutindo” novos valores e atitudes necessárias a sua reprodução como o individualismo e consumismo com excessiva valorização do novo e desprezo ao velho, inclusive em relação aos próprios seres humanos.

A escola burguesa emergiu no capitalismo de forma diferenciada para as classes sociais e ainda hoje subsiste no Brasil a dualidade na educação: uma voltada para os que têm o papel de dirigir, comandar e organizar e outra voltada para o “adestramento” daqueles a quem se destina o trabalho manual e técnico, profundamente estigmatizados pela classe dominante, colonizadora/escravocrata (Frigotto, 1995, p.5). Esta dualidade está presente em todos os níveis e modalidades de ensino.

A educação ao ser alçada à condição de política social tornou-se legalmente um direito. No entanto, o acesso, considerando qualidade e permanência nesta política, não era e não é igualitário para todas as classes sociais e regiões do país, imensamente diverso.

A escola unitária significa o acesso universal a todas as crianças e jovens do patrimônio de conhecimentos, de todas as áreas, produzidos pela humanidade e que lhes são fundamentais para entender como funciona a matéria, a natureza, a vida e as relações sociais (Frigotto, 1995, p.5,nota).

Consta no Art. 5º da Constituição Brasileira de 1988, que *“todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade...”* Nesta afirmação está implícita a importante contradição quando o direito de propriedade, no cotidiano, acaba se sobrepondo aos direitos humanos: não existe igualdade entre o nascido de uma classe social privilegiada, com direito a herança, em relação ao nascido em situação de rua.

Desde o Brasil colônia, a igreja, principalmente pela atuação dos jesuítas, teve um papel preponderante na formação das elites brasileiras dirigentes:

O que importa destacar no estudo da gênese do campo educacional que estamos sucintamente empreendendo é que até a primeira república a predominância das instituições destinadas à educação das elites é católica. Ao final dos anos vinte esta organização exercia o controle de 70% das instituições de ensino privadas (Nunes,p.10).

No mundo do trabalho, assistimos, entre outros, a crescente redução de postos de trabalho em decorrência do avanço tecnológico e informacional; a terceirização de



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80
ANOS
SERVIÇO
SOCIAL
NO BRASIL

áreas que não agregam valor à atividade principal e dificuldades de colocação ou reinserção no mercado de trabalho, dos trabalhadores - com ou sem qualificação – em decorrência do desemprego estrutural e aumento do trabalho informal.

Tanto na educação básica quanto no ensino superior a proposta é atingir metas, seja do IDEB, seja do ENADE, e preparar os alunos para responder constantemente a exames... índices que passam a ser variáveis para distribuição de recursos. Esta metodologia reduz a escola a um espaço de repasse de conhecimentos padronizados, ignorando as condições objetivas de ensino. (ASDURF, 2014, p. 25)

PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES DA INSERÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA EDUCACIONAL

“... a educação que se quer emancipadora não se restringe à educação escolarizada.... a inserção dos assistentes sociais na área de educação não se constitui um fenômeno recente, sua origem remonta aos anos iniciais da profissão em sua atuação marcadamente voltada para o exercício de um controle social sobre a família proletária em relação aos processos de socialização e educação da classe trabalhadora durante o ciclo de expansão capitalista experimentado no período varguista”. (Almeida, 2008, p. 96-97)

Com as mudanças ocorridas no mundo do trabalho a partir dos anos 80 e suas implicações decorrentes (Almeida, 2003, p.6), impactando diretamente na política educacional, levou a inserção dos assistentes sociais em algumas modalidades de ensino, vinculada às políticas governamentais de enfrentamento a pobreza. Vinculados, principalmente, a programas de renda mínima e de assistência estudantil, com um dos objetivos: acompanhar a frequência escolar.

No caso do município do Rio de Janeiro, assistentes sociais foram alocados na política de educação sendo concursados pela política de assistência social. Esta questão foi relevante e levou a categoria profissional a lutar pelo seu reconhecimento como profissional da educação, posicionando-se institucionalmente, via sindicatos e o Conselho Regional do Estado do Rio de Janeiro. Os profissionais da área lutam por concursos públicos específicos por áreas e respeito as escolhas profissionais determinadas.

Outro aspecto da questão social trazida por Almeida é do acirramento das expressões da questão social nas escolas exigindo ações de enfrentamento para as quais são convocados outros profissionais para compor com os docentes e/ou assumir



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80
ANOS
**SERVIÇO
SOCIAL
NO BRASIL**

tarefas diferenciadas no processo ensino-aprendizagem, as quais exigem tempo e formação para ações específicas.

Observa-se assim uma gama de projetos de ação continuada e uma tendência a perfis profissionais generalistas, exigindo dos profissionais ações muitas vezes burocráticas, invasivas, que nada contribuem e por vezes obstaculizam o atendimento às reais necessidades da população. Esta é uma questão muito séria, que merece reflexão e exige firme posicionamento quanto as competências e atribuições profissionais e posturas ético-políticas, preferencialmente de forma coletiva. Esta tendência tem sido observada em outras políticas sociais e vem sendo objeto de debate nos Conselhos profissionais, principalmente nos Conselhos de Serviço Social e Psicologia.

Pensar a inserção dos assistentes sociais na área de educação nos coloca o desafio de compreender e acompanhar, teórica e politicamente, como as requisições postas a este profissional estão articuladas às tendências contraditórias da política de educação e ampliação das formas de acesso e de permanência na educação escolarizada, diante de um cenário em que a realidade local encontra-se cada vez mais imbricada com a dinâmica de mundialização do capital.

Para tanto, destacamos alguns fenômenos importantes que, a partir dessas tendências, parecem incidir sobre as requisições de atuação do assistente social na política de educação:

- Os discursos e as práticas de valorização de uma educação inclusiva e as consequentes demandas de articulação com as instituições e serviços assistenciais;
- O processo de descentralização da educação básica e a maior autonomia da esfera municipal no desenvolvimento de programas de ampliação do acesso e garantia de permanência na educação escolarizada;
- A ampliação e a interiorização da rede de Institutos de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia e as demandas por programas e ações de assistência estudantil;
- A expansão do setor privado de educação e a demanda por ações de assistência estudantil e de trabalho comunitário como forma de justificar a isenção de impostos;



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80
ANOS
**SERVIÇO
SOCIAL
NO BRASIL**

- A aprovação da Política Nacional de Assistência Estudantil e a ampliação das formas de acesso à educação superior pública;
- A afirmação do direito à educação de largos contingentes populacionais que se encontravam fora da escola e o acionamento de diferentes instituições do Poder Judiciário e do Executivo para assegurar e acompanhar as condições de acesso a esse direito;
- A organização de programas de qualificação e de conclusão da educação escolarizada de jovens com forte caráter compensatório;
- A expansão dual da rede de educação infantil (pública e comunitária) com recursos públicos e as requisições de gerenciamento da desproporcionalidade entre oferta e demanda de vagas;
- O aumento das ações e programas sociais dirigidos às famílias e das demandas de sua operacionalização no âmbito das organizações não governamentais que atuam no campo educacional;
- A disseminação de programas e projetos sociais que articulam educação, esporte e cultura como forma de “exercício da cidadania” e ampliam as ações de cunho educativo em articulação com o tempo e espaço escolar.

Estão previstas nas metas do PNE 2011-2020, ainda que, com todas as suas contradições, inesgotáveis possibilidades de atuação do assistente social enfatizando a importância da articulação com os movimentos do conjunto da classe trabalhadora.

Neste momento encontra-se em debate a política municipal para crianças e adolescente em situação de rua (site do CRESS/RJ 2014) e nesta há espaço para atuação profissional na perspectiva da garantia de direitos. Vejamos alguns itens que se referem a política de educação, ainda que possam haver discordâncias em relação a formulação:

- Garantir a qualificação dos profissionais da educação para o acolhimento de crianças e de adolescentes em situação de rua na rede de ensino formal.
- Garantir o acesso e a permanência à educação infantil de crianças, que estejam na rua com sua família de origem ou não, de forma desburocratizada.



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80
ANOS
SERVIÇO
SOCIAL
NO BRASIL

- Garantir o acesso e a permanência de crianças e adolescentes em situação de rua nas escolas, nas creches, bem como outros espaços educativos, inclusive no ensino profissionalizante, por meio da implementação das mudanças administrativas e pedagógicas que contemplem as especificidades deste público.
- Ampliar as relações de convivência entre família e escola e outros espaços educativos à luz do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, que estejam contemplados no projeto político pedagógico institucional;
- Garantir a formação continuada dos profissionais de educação, incluindo a temática dos Direitos Humanos de crianças e de adolescentes em situação de rua e vulnerabilidades afins;
- Realizar palestras de conscientização nas escolas sobre o preconceito contra crianças e contra adolescentes em situação de rua.

PARTICULARIDADES DA INSERÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

“... A constituição e institucionalização do Serviço Social como profissão na sociedade depende, ao contrário de uma progressiva ação do Estado na regulação da vida social, quando passa a administrar e a gerir o conflito de classe, o que pressupõe na sociedade brasileira a relação capital/trabalho constituída por meio do processo de industrialização e urbanização” (Iamamoto, p.23) .

O serviço social enquanto profissão se transforma, em conjunto com as demais transformações societárias, nos marcos do capitalismo, sendo hoje uma profissão que defende o reconhecimento e ampliação de direitos, como mediação para emancipação humana.

O trabalho do assistente social se insere em diversas políticas públicas, entre elas a educação, mas estas não constituem um corpo homogêneo. São criadas em decorrência da luta de classes. Ao mesmo tempo em que atendem as necessidades dos trabalhadores, atendem os interesses do capital, na medida em que trabalhadores satisfeitos aumentam sua produtividade. Acrescente-se ainda a transformação da educação e cultura em mercadorias, no Brasil, país capitalista .



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80
ANOS
**SERVIÇO
SOCIAL
NO BRASIL**

O Serviço Social enquanto profissão se insere da divisão social e técnica do trabalho e ao ser inserido na política de educação, na lógica do capital, espera-se que sua ação profissional vá incidir nas relações sociais que integram os processos de produção e reprodução social e nas próprias contradições inerentes a este modo de produção e é nestas que se encontram os elementos para sua ação profissional.

Para continuar a acumulação capitalista é necessário que se reproduza e se "valorize" a força de trabalho e que a ordem seja mantida (atendendo-se determinadas necessidades da classe trabalhadora), continuando a exploração do trabalhador através da extração da mais-valia. Nesta esfera da reprodução está o Serviço Social enquanto profissão e o resultado de seu trabalho irá incidir, na esfera da produção também.

Assim duplamente, aquele que comprou a força de trabalho do assistente social extrai deste também a mais valia, ditando inclusive regras de aumento de produtividade. Nas instituições governamentais, do aparelho do Estado, estas distribuem, através da prestação de serviços também parte do lucro, que foi extraída do trabalhador, como trabalha não pago, a mais valia.

Neste processo o serviço social também participa da esfera da reprodução social quando, na forma de serviços "devolve" ao trabalhador, parte da riqueza que lhe foi expropriada.

Na sociedade capitalista também a política e a ideologia são componentes do processo reprodução deste modo de produção, disseminando valores, de formas diversas através da mídia, processos de cooptação, prêmios por produtividade, que são indispensáveis a continuidade desta forma de produção. Nesta totalidade os trabalhadores ao alienarem sua força de trabalho para sobreviver automaticamente ficam submetidos a esta lógica de acumulação capitalista, aos seus valores individualistas, de competitividade e consumistas que embasam este modo de produção. Na educação avança a teoria do capital humano, como não há emprego para todos. Esta é percebida desde a educação infantil quando se fala em "empreendedorismo".

Os assistentes sociais em seu trabalho cotidiano, como os demais trabalhadores estão submetidos a esta mesma lógica. Nas ponderações que faço só se tornará talvez possível a sua superação desta sociedade com a inserção do profissional em espaços coletivos de organização dos trabalhadores (se estes se



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80
ANOS
**SERVIÇO
SOCIAL
NO BRASIL**

caracterizarem como espaços de relativa autonomia) e se também estiverem conscientes e desejosos destas transformações, além de condições reais objetivas que o permitam.

Com a complexificação da sociedade na amplitude que hoje vivenciamos, nem se poderia imaginar que saúde e educação por exemplo se tornariam mercadoria, a tal ponto de gerar lucros exorbitantes, a partir de necessidades criadas por esta mesma sociedade e muito menos que estes serviços não estariam disponibilizados para aqueles trabalhadores que o produzem e que paradoxalmente tem que comprá-los como mercadoria e ainda vender sua força de trabalho para aquele que tem é detentor dos meios de produção (das políticas sociais, dos recursos financeiros, dos espaços físicos, dos equipamentos), seja no âmbito das instituições governamentais que compõe o aparelho do Estado, privadas ou ONGs que também se mantêm com recursos produzidos e extraídos do trabalhador, como trabalho não pago – a mais valia – recolhida na forma de impostos diversos e, apenas parte devolvida ao trabalhador na forma de serviços.

A ação profissional do assistente social incide sobre as múltiplas expressões da questão social, que surge na sociedade capitalista e se expressa de formas diversas nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, inclusive no espaço escolar. No entanto o assistente social somente não dará conta desta realidade até porque não lhe compete. No entanto o profissional precisa conhecer o seu objeto de trabalho, a realidade social e os indivíduos sociais, a população, sobre os quais incidirá sua ação profissional. Necessita conhecê-los para projetar sua ação, numa dimensão teleológica, como dissemos acima, para propor resultados no plano imediato viabilizando acesso a direitos como, por exemplo, a recurso de saúde e/ou propondo ações em relação à política de educação no que se refere a qualidade e ampliação dos direitos para os trabalhadores. Resultados estes no âmbito do Serviço Social via de regra, de inviável mensuração.

Para executar seu trabalho o assistente social necessita de meios. Não dispondo de todos eles como as políticas sociais e seus recursos o assistente social vende sua força de trabalho (que também é um meio para executar seu trabalho) para instituições que integram o aparelho de Estado, entidades privadas e outras e como trabalhador assalariado submete-se, ainda que, mantendo relativamente autonomia profissional(resguardados os princípios ética, a regulamentação profissional e sua



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80
ANOS
**SERVIÇO
SOCIAL
NO BRASIL**

competência profissional) aos ditames institucionais(regras,normas ,metas) que delimitam o seu fazer profissional.

O exercício profissional cotidiano (com a força de trabalho do assistente social alienada) irá incidir na esfera material, ao viabilizar direitos como também na esfera espiritual ao participar dos processos de reprodução da política, da ideologia dominante que integram o modo de produção capitalista e o sustentam.

CONCLUSÃO

Como trabalhador assalariado, o trabalho do assistente social estará condicionado, institucionalmente a manutenção da ordem e reprodução da força de trabalho na sociedade capitalista. Por outro lado, ao colocar sua força de trabalho em ação, ao investigar a realidade, ao aprimorar seus conhecimentos este próprio trabalho o transforma também.

Considerando, que os espaços sócio-ocupacionais são contraditórios, sejam em instituições privadas ou públicas e ainda, que as políticas sociais resultam da luta dos trabalhadores – e visam atender suas necessidades humanas, ainda que restritamente – e ao mesmo tempo servem aos interesses da classe “dominante”. No que se refere a reprodução da força de trabalho e manutenção da ordem, o assistente social, dispondo de relativa autonomia, com competência teórico-metodológico, utilizando seus conhecimentos técnico-operativo e escolhas ético-políticas, articulando com outros sujeitos coletivos e considerando a dimensão teleológica de que dispõe, poderá segundo a sua visão de mundo e valores que incorporou, criar estratégias, de acordo com o momento histórico, da realidade social e institucional, que visem prioritariamente o atendimento das necessidades humanas e contribuam para transformação do modo produção da sociedade capitalista. Tonet (p.11) indica que para a construção de uma nova ordem societária é preciso incentivar a participação das pessoas em lutas comprometidas com a transformação radical da sociedade e não apenas com a cidadania. Este pode ser um caminho inicial também do nosso ponto de vista, mas é preciso ação prática, crítica e transformadora e esta cabe ao conjunto da classe trabalhadora.



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80
ANOS
SERVIÇO
SOCIAL
NO BRASIL

BIBLIOGRAFIA

UFRJ. **Plano Nacional de Educação 2011-2020**: Notas Crítica, Rio de Janeiro: ADURF, 2014. 40p. Disponível em: <http://seperj.org.br/admin/fotos/boletim/boletim558.pdf> acesso em 01 Jan. 2016.

ALMEIDA, Ney L. T. de. Educação Pública e Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 63,. p. 62-75, Julho. 2000.

_____. O Serviço Social na educação. In: **CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DE MINAS GERAIS – CRESS 6ª REGIÃO** (org). Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais. Textos & Artigos. Belo Horizonte: CRESS 6ª Região, 2008. p. 83-100.

_____. **Serviço Social e política educacional**: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação. Arquivo CRESS/MG, palestra, 2003.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de e ALENCAR, Mônica Maria Torres de. **Serviço Social, trabalho e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011.

CFESS. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. Brasília: CFESS, 2012. (3. Série - Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais).

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do capitalismo real**, São Paulo: Cortez, 1995.

IAMAMOTO, Marilda V. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional, 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

JORNAL ESTADO DE SÃO PAULO, janeiro de 2015.

JORNAL O GLOBO, fevereiro, 2015

JORNAL DO BRASIL, 1989.



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80
ANOS
**SERVICO
SOCIAL
NO BRASIL**

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos**. Abril Cultural, São Paulo: Victor Civita, 1974.

MPAS/FLBA. Relatório Reunião Equipe CDS-10/07/1989.

NUNES, Clarice. **A construção do campo pedagógico: o processo de criação da identidade do educador profissional**. UFF/CESA/FE/DFP.

SAVIANI, Demerval. **Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação, v.12, n.34, jan./abr. 2007

SPOSATI, Adailza e FALCÃO Maria do Carmo. **LBA Identidade e efetividade das ações no enfrentamento da pobreza brasileira**. São Paulo: PUC, 1989

TONET, I. **Educação e formação humana**. Maceió, agosto, 2006.